

O DEBATE EM TORNO DAS POLÍTICAS PARA A ACELERAÇÃO DO RITMO DE EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES

*Tadeu Silvestre da Silva**

Resumo

O presente artigo trata do debate em torno da necessidade de expansão das exportações brasileiras, imprescindível à consolidação do processo de desenvolvimento econômico sustentado. Aqui, são abordadas as questões acerca do desempenho comercial brasileiro que, na última década, não tem correspondido ao esperado. No período, a pauta de exportações sofreu uma reprimarização, indo na contramão do comércio mundial, em que os produtos de maior dinamismo são aqueles intensivos em tecnologia. Face a isto, são apresentadas algumas sugestões referentes a estratégias orientadas ao desenvolvimento tecnológico e à aceleração das exportações.

Palavras-chave

Exportações, competitividade, globalização, comércio exterior.

* *Tadeu Silvestre da Silva* é graduado em Ciências Econômicas e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Faculdade São Luís.

Introdução

A política comercial brasileira na década de noventa caracterizou-se pelo rompimento com o modelo de substituição de importações (S.I.), adotado ainda na era Vargas. O ano de 1990 marcou o fim de um estado de autarquia de sessenta anos. Aquele padrão de desenvolvimento econômico se pautava na diversificação da capacidade produtiva mediante forte protecionismo e incentivo a determinados setores. O desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno acabou por formar um sistema econômico avesso às transformações ocorridas no mercado internacional, em que se buscava a auto-suficiência e a proteção face a choques externos adversos. Todavia, ao contrário do que defendem os adeptos do modelo de S.I., um regime autárquico como este paradoxalmente implica vulnerabilidade externa.

No Brasil, a fragilidade desse pressuposto veio à tona, especialmente, nos episódios marcados pelas duas crises do petróleo (1973 e 1974) e pela crise decorrente da moratória do México, em 1982. As baixas taxas de crescimento, o afastamento do investimento direto estrangeiro da economia, as altas taxas de inflação e a deterioração das condições sociais verificadas desde os anos oitenta são outros indícios contrários à tese de que o modelo de desenvolvimento então em vigor oferecia barreiras à influência de choques externos adversos.

O caótico quadro econômico do final dos anos 80 suscitou a discussão acerca da necessidade de uma reorientação do padrão de desenvolvimento econômico sob a égide da liberalização comercial. O novo regime baseou-se na redução do intervencionismo estatal, todavia, sem implicações, pelo menos imediatas, na participação do comércio externo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Não obstante, ainda no biênio 1988-89, tenha havido a adoção de algumas medidas no sentido da racionalização do sistema tarifário vigente, o ano de 1990 foi, de fato, o marco dessas transformações, uma vez que ali o processo ganharia uma intensidade considerável. A rigor, o objetivo do governo era o aumento da competitividade da indústria nacional mediante sua exposição à concorrência internacional.

Após a recessão do início dos anos noventa e a crise política que determinou o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, verificou-se o ponto de inflexão no processo de estabilização macroeconômica e abertura comercial. O Plano Real trouxe consigo uma proposta de recondução

da economia brasileira ao desenvolvimento econômico sob os auspícios da liberalização comercial. A inflação, aos poucos, foi cedendo e, finalmente, estacionou em níveis adequados. Na emergência do novo modelo, a questão crucial se relacionava à opção política capaz de reverter a situação depressiva em que se situava a economia brasileira desde a década anterior.

Tendo como tese que a ampliação do comércio exterior é essencial à boa evolução de uma economia sob os pressupostos básicos de um modelo de economia aberta, o presente trabalho levanta questões e procura sugerir caminhos para uma mais rápida e satisfatória expansão das exportações, tanto no sentido quantitativo quanto no sentido qualitativo. Uma vez delineado o perfil das vendas externas, suas tendências e seus espaços ocupados no mercado internacional, proceder-se-á o estudo das possíveis opções de políticas comerciais e industriais com esse fim.

1. O debate: comentários iniciais

Os anos noventa foram marcados por uma reorientação da política de comércio exterior brasileira. O processo de abertura comercial, notadamente alinhado ao contexto da nova ordem econômica mundial, fundamentou-se em uma nova concepção de Regionalismo, que *se caracteriza principalmente pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns)* (Averbug, 2000:45).

Desde a entrada em vigor do Plano Real, em 1994, as políticas comerciais brasileiras têm alternado características ora protecionistas, ora liberais, dependendo da forma como têm sido administradas as questões internas da economia, tais como: os déficits da balança comercial, o desequilíbrio das contas do setor público, o controle de preços, os *lobbies* de segmentos industriais, as flutuações cambiais etc. De qualquer modo, em governos anteriores, como reflexo da própria posição do país, altamente autárquico, não havia uma unidade no tratamento das relações internacionais. Tais assuntos eram relegados a um caráter secundário.

Independentemente das posições de especialistas a respeito do panorama das exportações brasileiras no período atual, sejam elas favoráveis sejam elas desfavoráveis, fica a certeza da necessidade premente de

uma política direcionada ao comércio internacional. No estabelecimento de diretrizes de uma nova política de comércio exterior, que vise ao crescimento sustentado e a melhorias de competitividade, devem ser discutidos alguns pontos fundamentais em torno da criação de mecanismos que: a) permitam ao mercado otimizar a pauta de exportações; b) expandam o volume de vendas dos exportadores existentes; c) promovam a entrada de novos exportadores; e d) diversifiquem os mercados.

O estudo acerca da adoção das políticas mais adequadas deve partir do argumento clássico segundo o qual o país possui vantagens comparativas relativas (VCR) em setores intensivos no uso de recursos naturais e trabalho (sobretudo naqueles em que predomina o uso de baixas proporções de mão-de-obra qualificada). É fácil constatar que, no momento, a proporção da pauta de exportações de produtos intensivos em trabalho e recursos naturais está aquém de seu potencial, como resultado de viés setorial. A atitude do governo, a curto prazo, deveria se concentrar na remoção das imperfeições, sobretudo no tocante ao financiamento das exportações e ao investimento em capital humano, fatores que, uma vez ignorados, poderão comprometer de todo o desenvolvimento das exportações sobre uma base mais intensiva em tecnologia e capital. Muitos defendem uma ação efetiva que envolveria o reforço da estratégia comercial brasileira, mediante a centralização das iniciativas do Banco Central — no que se refere a juros e câmbio —, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — com relação a crédito — e dos ministérios que exerçam alguma influência sobre os destinos do comércio exterior. Vale ressaltar que, a despeito da capacidade do país na condução de uma política comercial de natureza complexa, considerando todas as vantagens competitivas da economia, a maior barreira à sua execução residiria em sua formulação (Pinheiro e Moreira, 2000); (Ricupero, 2000). Isto se considerados o antagonismo dos interesses político-econômicos dos agentes, as especificidades decorrentes de diferenças regionais e setoriais e, sobretudo, a alta heterogeneidade peculiar à economia brasileira. Somente uma metodologia que considere a conjunção otimizada de todas essas particularidades e divergências permitiria o delineamento de políticas estratégicas com vistas à promoção do comércio exterior.

Para Ricupero (2000), caso o governo ignore a necessidade de uma política de comércio exterior consistente, o prognóstico não é bom, pois há uma tendência à eliminação das margens de preferência

que ainda beneficiam o país em negociações com seus parceiros. O analista ainda acrescenta que o comércio mundial tende à crescente liberalização dos mercados, convergindo à tarifa *zero* em pelo menos dez setores. A participação brasileira no comércio internacional ainda é insignificante, o que o faz crer que o potencial de crescimento do país nessa área seja enorme. No entanto, adverte que, mesmo diante de um cenário em que o câmbio seja favorável e na ausência de problemas de crédito, haveria apenas uma pequena probabilidade de que a oferta brasileira fosse suficiente para o aumento das vendas externas, sobretudo se o mercado doméstico estiver aquecido. Tendo em vista essas particularidades, Ricupero defende a tese de que o estímulo às exportações por parte das transnacionais deveria integrar uma política de oferta mais ampla.

Sob esse aspecto, vale discutir a atuação de subsidiárias de empresas transnacionais presentes no país. Conquanto seu enorme potencial, apenas 50% das exportações são realizados por empresas dessa categoria. Para explicar melhor o significado desse indicador, Ricupero toma como referência o estudo da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), realizado há quatro anos, cuja conclusão revela que as vendas para o exterior efetuadas por empresas transnacionais localizadas no Brasil beiravam os 17% de sua produção, ao passo que as norte-americanas exportavam entre 35% e 40%. Vale ressaltar que essa baixa capacidade exportadora encontra explicação na forma como se desenvolveu a indústria brasileira nos primórdios do estabelecimento do modelo de substituição de importações. O padrão de desenvolvimento “voltado para dentro”, leia-se regime de economia fechada, se deu em um cenário com o predomínio de oligopólios, em que o objetivo precípua do sistema econômico era o atendimento ao mercado doméstico.

2. Barreiras à expansão das exportações

Uma das questões fundamentais a abordar, quando se trata de barreiras à evolução favorável do comércio exterior brasileiro, refere-se ao viés anti-exportador representado sobretudo pelo aspecto burocrático-regulatório. Antes de aprofundar o entendimento acerca desse tópico, vale destacar o pensamento de Lima e Carvalho Jr. (2000:260) a respeito do assunto:

A burocracia brasileira possui raízes profundas e antigas, tendo herdado sua estrutura de práticas tributárias nos antigos impostos sobre importações (Brasil Colônia), que foram modernizadas com um sem-número de ações corporativas. O foco principal da atividade fiscalizadora brasileira não é o produto, mas o processo, não é a qualidade do bem, mas a observância do conjunto de normas, instruções, portarias e regulamentos burocráticos para sua fabricação. (grifo do autor)

A estrutura burocrática verificada no Brasil é incompatível com um regime de economia aberta. Em seu recente trabalho, os autores citados, para efeito de exemplo, fazem menção à atividade pesqueira industrial, quase inexistente no Brasil, conquanto possua o país uma das mais extensas áreas litorâneas do mundo. A pesca, realizada a poucos quilômetros da costa, implica a baixa produção de pescado. Espanhóis e japoneses fazem desse empreendimento importante fonte de arrecadação de divisas. O principal fator a restringir o desenvolvimento dessa atividade produtiva é o esquema burocrático. As autoridades exigem que toda a carga de pescado seja depositada primeiramente em terminais terrestres, submetendo-a a um longo processo de fiscalização¹ até que a esta possa ser finalmente industrializada. Nos casos de espanhóis e japoneses, a burocracia é muito mais branda e, devido a isto, o pescado chega muito mais rápido ao consumidor final.

A burocracia, nesse e em muitos outros casos, portanto, constitui-se uma importante barreira à expansão da capacidade exportadora brasileira, haja vista o baixo padrão de qualidade e o desperdício decorrentes. Deste modo, faz-se urgente uma reorganização do marco regulatório vigente, equiparando-o a algo próximo ao padrão mundial, tendo por objetivo conferir racionalidade e eficiência ao processo produtivo. Os elevados custos de armazenagem, de imobilização de capital e de estoques resultantes dessa estrutura arcaica refletem-se diretamente na competitividade das empresas no mercado internacional.

Reconhecidamente, a flexibilidade das empresas no tocante a suas linhas de produção é um imperativo no mercado mundial, sem o que

1. O pescado desembarca em um porto fiscalizado pela Marinha e pelo Ministério dos Transportes, onde os trabalhadores são fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Há ainda a fiscalização do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho (novamente trabalhadores), do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério da Justiça (Política Federal).

não lhes é permitido integrar as redes internacionais de fornecedores. Nestes termos, é imprescindível não apenas a disponibilidade de infraestrutura como também a existência de um aparelho institucional eficiente e confiável. Não raro, a ineficiência pode decorrer não apenas da estrutura organizacional, mas, sobretudo, da estrutura burocrática² em vigor que, muitas vezes, implica altos custos de transação que acabam por tornar a empresa nacional pouco competitiva no mercado global.

Subjacente a isso, outra restrição fundamental à expansão das vendas externas respeita à instabilidade da composição da pauta de exportações brasileiras. Parece ser mais ou menos evidente para economistas e empresários que as políticas de comércio exterior mais adequadas deveriam ter em conta a fragilidade de nossa cultura exportadora. Aliás, um dos problemas mais comuns enfrentados por qualquer país em transição para o regime de economia aberta é exatamente este.

As vendas externas brasileiras são altamente sensíveis a hiatos da demanda interna. O empresário tem como prioridade o atendimento ao mercado doméstico, relegando a segundo plano a geração de excedentes para a exportação. Devido ao aquecimento da economia, em 2000, muitos setores já revêem suas expectativas referentes ao *quantum* de exportações. O setor siderúrgico, por exemplo, planejava destinar de 22% a 25% de sua produção ao comércio externo. Com a expansão da demanda interna, seus planos foram revistos, reduzindo seu esforço exportador para algo em torno de 12% e 15%³. Outro dado que torna ainda mais evidente essa fragilidade é o fato de que, em 1999, apenas 800 das 15.500⁴ empresas exportadoras do país concentravam 85% do total de exportações (CABRAL, 2000).

Além das limitações oferecidas pelo viés anti-exportação e pela fragilidade da cultura exportadora, outros aspectos de igual importância devem ser ressaltados, como são os casos de restrições inerentes à infraestrutura, representada por três aspectos distintos: a) base tecnológica

2. Os autores chegaram a conferir à ineficiência proveniente do esquema burocrático um malefício superior ao decorrente de políticas protecionistas praticadas por nossos parceiros comerciais.

3. De acordo com o diretor da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), José Augusto de Castro, em entrevista concedida a CABRAL (2000). Dados referentes ao mês de julho de 2000.

4. Dessas 15.500 empresas, apenas 4.000 são exportadoras permanentes — Dados da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB) (Ibid, 2000).

e organizacional; b) infra-estrutura de serviços, especialmente transportes; c) infra-estrutura produtiva, que diz respeito a padrões de logística. A baixa qualidade da infra-estrutura oferecida pela economia brasileira constitui-se uma importante barreira à evolução do nível de competitividade no mercado internacional. Deficiências de infra-estrutura, a despeito de não desestimular o investimento direto estrangeiro, implicam uma menor utilização da estrutura de bens e serviços do país e, por conseguinte, serão minimizados os benefícios da atuação do investidor estrangeiro na economia, pela menor possibilidade de ampliação da rede de fornecedores e de difusão de novas tecnologias.

A baixa qualificação da mão-de-obra brasileira é outro fator crítico a restringir a elevação do nível de competitividade da economia brasileira. A inserção da empresa brasileira no comércio mundial também depende da resolução de problemas relacionados ao nível de qualificação profissional do trabalhador brasileiro. Como o processo de modernização produtiva envolve o investimento em novas tecnologias, novos métodos gerenciais e formas organizacionais, de maneira intensa e em alta velocidade, a qualidade da força de trabalho concentra enorme relevância.

O trabalho de Silva (1998), ao tratar da problemática do desemprego, hoje menos pronunciado, propunha políticas públicas que compreenderiam uma reestruturação do sistema educacional e sua integração à nova configuração do sistema produtivo nacional ante os imperativos de um regime de economia aberta. Tendo em vista a gravidade do problema, o autor destaca que:

Há obstáculos consideráveis à solução desse problema que restringe a modernização produtiva brasileira. No âmbito da qualificação da mão-de-obra, destacam-se: 1) o baixo nível de escolaridade do trabalhador brasileiro; 2) a ineficiência do sistema educacional no preparo dos jovens que ingressam no mercado de trabalho; 3) o baixo grau de resposta do sistema educacional à dinâmica empresarial; 4) a carência de metodologias de ensino que preparem o trabalhador segundo as necessidades do mercado de trabalho; e 5) a ausência de políticas de qualificação profissional de combate ao desemprego (Silva, 1998:41).

A População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, cuja média de anos de estudo era da ordem de 6,4, está muito aquém dos padrões

internacionais. Como decorrência, há uma sub-utilização das tecnologias adquiridas e insuficiência do trabalhador no que toca à sua integração aos processos modernos de gestão. A resposta esperada à solução desse problema compreenderia a implementação de uma política educacional de peso, com resultados projetados a médio e longo prazos. Para tanto, é imprescindível a aproximação entre os conteúdos formal e de qualificação profissional, conforme o novo perfil dos setores produtivos.

Pelo menos nas últimas décadas, o governo brasileiro, com poucas ressalvas, não valorizou adequadamente a formação profissional como um dos principais elementos para o desenvolvimento. Dada a omissão do poder público, ignorando a necessidade de orientar os currículos das instituições de formação profissional, que sempre mantiveram uma distância em relação aos programas de emprego, houve um considerável afastamento destas últimas dos conteúdos formais, o que determinou muitas disfunções no sistema. Mesmo instituições como o SENAI que, no alto período do modelo fordista, proporcionaram resultados positivos, na passagem para o novo modelo, apresentam falhas significativas. A história brasileira indica que os projetos de desenvolvimento sempre estiveram dissociados de um programa de educação formal e de formação profissional.

A nova onda da globalização ocorrida nos anos setenta e oitenta marcou o surgimento do novo paradigma produtivo, caracterizado pela passagem da matriz tecnológica metal-mecânica para a matriz da tecnologia da informação. A efetiva entrada do país no processo de globalização exige a formação de um sistema educacional fundamentado em elementos metodológicos que propiciem uma composição adequada de educação formal e educação profissionalizante, de modo a viabilizar a educação continuada. Isso bem enfatiza Alves (1997:69):

A superação da concepção tradicional de tarefa (adestramento) requer formas mais abrangentes e organizadas de aprendizagem, em que o ato de pensar preside o ato de fazer; (...) é exigido menor grau de habilidades manipulativas e maior grau de abstração no desempenho do trabalho produtivo.

Ou seja, o novo padrão produtivo-educacional polariza a capacidade de adquirir e interpretar informações, superar tradicionalismos e gerenciar-se.

O investimento no setor de transportes é outro ponto que merece atenção. Conquanto algumas medidas já estejam em execução e os

resultados das privatizações de portos e ferrovias já possam ser sentidos — não obstante sua timidez —, é evidente a necessidade de investimento, visando à sua modernização e ampliação.

As condições precárias da rede ferroviária e o alto custo para sua adequação aos padrões exigidos são determinantes da manutenção do domínio dos transportes rodoviários no Brasil. Ao contrário do que muitos defendem, o principal problema decorrente desta configuração é a relação custo-benefício⁵ entre as tarifas de pedágio e as condições das estradas; afinal, as distâncias percorridas pelos produtos entre as fábricas e os portos são compatíveis aos padrões mundiais.

Com relação aos portos, não obstante as privatizações tenham compreendido alguma melhoria no que concerne à renovação dos equipamentos, faz-se urgente a implementação de medidas que visem à revisão do modelo institucional e burocrático vigente, que coloca esse setor à margem dos padrões de logística internacionais.

Vale ressaltar que, a despeito do caráter essencial de todas essas medidas, seu sucesso dependerá também de outras variáveis, como a redução de barreiras por parte de outros países e da atuação da diplomacia brasileira. A propósito, como assinala Gonçalves (2000), o desempenho dos especialistas nesta área tem sido muito criticado nos últimos tempos, seja pelos empresários, seja por membros do próprio governo federal.

Além das condições básicas, como redes de infra-estrutura, sistemas burocrático e fiscalizatório condizentes com a nova realidade, também devem ser direcionadas determinadas ações com vistas a proporcionar flexibilidade a determinados setores para os quais a demanda mundial ofereça oportunidades de expansão. Como outrora mencionado, a concessão ampla de crédito se faz imprescindível à execução de um plano com esse objetivo. Deve ser destacada ainda a importância da fixação de metas⁶ para o *quantum* de exportações, uma vez que isto dá conta do

5. A sistemática concorrencial adotada para a concessão das rodovias tem como princípio básico o maior retorno ao Estado.

6. Em 1998, durante a crise russa, o governo de FHC havia estabelecido como meta atingir um *quantum* anual de US\$ 100 bilhões em exportações até o final de 2002, o que, levando em conta a existência de nichos no mercado mundial para produtos brasileiros, levava a crer que seria possível. Todavia, faltando dois anos para o fim do prazo determinado, a meta já deve ser revista, dada a insuficiência na evolução da pauta de exportações (LIMA et al, 1997).

empenho do governo na retomada do desenvolvimento econômico, o que confere, na visão dos agentes econômicos, mais transparência no que tange aos destinos da política econômica.

3. Ações estratégicas com vistas à expansão das exportações

As ações do Estado em prol da expansão das exportações em um ritmo satisfatório e condizente com a necessidade de crescimento econômico têm sido alvo de importantes discussões que contrapõem opiniões de estudiosos a favor e contra a intervenção do governo com vistas a minorar imperfeições de mercado e a remover barreiras à ampliação do *quantum* de exportações.

Pinheiro e Moreira (2000) afirmam que os atuais exportadores devem estar presentes em vários mercados regionais. Atualmente, muitas empresas destinam produtos apenas à América Latina, deixando de lado outros mercados para os quais, inclusive, poderiam destinar maiores volumes de produtos. E vão mais além: contrariando a mais comum recomendação dos economistas, acreditam ser razoável que, na formulação de uma política comercial, pelo menos a curto e médio prazos, seja privilegiado o aumento do volume de vendas ao exterior dos atuais exportadores de manufaturados. Para a maioria dos estudiosos, a saída seria investir na expansão da oferta das pequenas e médias empresas exportadoras. No entanto, os dois autores argumentam que, a curto e médio prazos, essa alternativa não teria impactos significativos.

A tese se fundamenta no fato de que, nos anos noventa, não obstante o aumento do número de exportadores, o desempenho comercial do país foi medíocre⁷. Além do mais, um pequeno aumento na propensão a exportar das grandes empresas (sobretudo nacionais) teria o mesmo efeito sobre as exportações agregadas do aumento maciço do número de exportadores. As grandes empresas nacionais, a propósito, deveriam, segundo os dois analistas, ser o verdadeiro foco das políticas

7. Com relação às pequenas e médias empresas e sua baixa contribuição à expansão das exportações nos anos noventa, Lima e Carvalho Jr. (2000:264) ressaltam que *vários fatores podem explicar essa "performance", tais como: tamanho do mercado doméstico; maiores dificuldades para vender e estabelecer relações duradouras com compradores internacionais; dificuldades operacionais para realizar todas as transações envolvidas em uma operação de exportação; falta de acesso a crédito; ausência de informações e de visibilidade das oportunidades existentes no mercado internacional.*

complementares, uma vez que têm um grande potencial exportador a ser explorado.

O estudo de Lima e Carvalho Jr. (2000) apresenta uma alternativa para a expansão das exportações, levando em conta o insucesso do governo em atingir a meta de US\$ 100 bilhões anuais até o final de 2002, fixada durante a crise russa de 1998. Os dois autores tecem críticas ao pensamento de Pinheiro e Moreira (2000), considerando sua proposta *per se* insuficiente. Não obstante, consideram-na parte integrante de uma proposta mais abrangente. Esta consistiria em políticas ativas de comércio exterior que compreenderiam investimentos em infra-estrutura, remoção de barreiras burocráticas e revisão do marco regulatório vigente, desenvolvimento da cultura exportadora, enfim, a busca da eficiência nos processos que envolvem o comércio exterior brasileiro. Portanto, a proposição dos autores não se restringe à perpetuação da estrutura atual do quadro relativo aos setores exportadores. Na opção por medidas que privilegiem os atuais exportadores, as políticas decorrentes terão características horizontais, ou seja, que beneficiam um grupo fechado de empresas, as quais já possuem grande inserção no mercado internacional, objetivando a plenitude de seu potencial exportador. Seriam os casos de *commodities* (agrícolas e/ou minerais), intensivos em trabalho (calçados, têxteis, vestuário etc.) ou na escala de produção (petroquímica, siderurgia, celulose etc.). Outras indústrias beneficiadas por tais medidas seriam as produtoras das chamadas *novas commodities*, tais como: a farmacêutica, a automobilística, a química e outras gerenciadas por transnacionais. Tal alternativa incorreria na vulnerabilidade do setor externo, uma vez que a exportação de *commodities* é altamente sensível às oscilações da demanda internacional. Ademais, o sucesso dessas medidas dependeria diretamente do alinhamento dos objetivos do governo às estratégias das empresas transnacionais.

A proposta dos autores é a conjugação das políticas horizontais sugeridas por Pinheiro e Moreira (que compreenderiam uma redução do custo-Brasil⁸, investimentos em infra-estrutura e a revisão das ins-

8. Outra discussão focaliza a questão do custo-Brasil como obstáculo à expansão das exportações. O pretexto a que recorrem respeita à necessidade de equiparar o custo-Brasil a um patamar próximo ao padrão internacional. Todavia, tendo em vista a idéia amorfa acerca do que vem a ser o custo-país, há ausência de um consenso e, por conseguinte, em indefinição.

tuições burocrático-regulatórias), a políticas consideradas ativas, cujos objetivos seriam o desenvolvimento da cultura exportadora brasileira e a capacitação das empresas com vistas à sua inserção no mercado mundial. As ações e políticas a implementar respeitariam uma metodologia diferenciada, semelhante à adotada em países do mundo desenvolvido. As políticas decorrentes, dado seu enfoque regional/setorial, permitiriam a identificação de alvos prioritários perante o escopo das políticas gerais, simultaneamente, à implementação de políticas específicas com vistas à modernização produtiva e tecnológica, à reorganização industrial e à definição de outras políticas de natureza industrial. Tendo em conta a possibilidade da ocorrência de erros⁹ de formulação e de execução das políticas específicas¹⁰ e, conseqüentemente, a ineficiência no alcance dos objetivos pretendidos, os autores determinam uma seqüência lógica dos estágios inerentes à sua aplicação. A proposta considera a atuação em duas frentes distintas.

No que tange às regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a escolha dos alvos obedeceria à dotação de recursos naturais renováveis, visto que a expansão das exportações está, nesses casos, diretamente ligada ao desenvolvimento agro-industrial. Aliás, sob esse aspecto, Fonseca (2000) destaca que a região Nordeste poderia ser importante pólo produtivo e exportador de frutas, dadas as suas condições climáticas e fitossanitárias perfeitas. Além disto, a região possibilita três safras anuais, o que permite a oferta de frutas tropicais durante todo o ano para o comércio internacional. E ainda lembra o economista que, poucos sabem, mas a área de frutas pode concentrar um grande conteúdo tecnológico, posto que a genética e as novas tecnologias de produção têm dado importante contribuição ao desenvolvimentos dessas *commodities*, não apenas no tocante ao cultivo como também ao transporte e resistência ao tempo.

Com relação às regiões mais industrializadas, cuja seleção seria mais complexa, proceder-se-ia o uso de metodologia consoante às especi-

9. Franco (1999:113) considera que *o modelo setorial é (...) mais vulnerável a distorções tais como a "privatização" predatória da gestão dos seus instrumentos. (...) O ponto central das críticas às políticas industriais e de comércio exterior da Nova República era justamente a sua degeneração em um vasto e ilimitado clientelismo industrial.*

10. Possíveis erros de avaliação podem ocorrer devido à atuação de lobbies, à magnitude territorial e à diversidade econômica brasileiras.

ficidades inerentes. Primeiramente, seria escolhida a região ou mesmo o estado da Federação. Os aspectos seguintes a considerar seriam a dotação de recursos naturais e trabalho, as economias de escala, a diferenciação de produtos e de pesquisa e tecnologia.

O próximo passo seria a análise dos mercados-alvo *vis-à-vis* as oportunidades de inserção e seu grau de competitividade no mercado internacional. O processo seria finalizado com o cruzamento das informações, o que proporcionaria a escolha daqueles produtos que apresentassem vantagens comparativas e maior dinamismo no mercado internacional.

As informações obtidas sobre os grupos de produtos-alvo permitiriam o estabelecimento de ações estratégicas com vistas à sua maior inserção no mercado mundial, seja através do aumento das vendas externas, seja pela fixação de filiais no exterior. Todavia, o êxito dessas estratégias dependeria da oferta de linhas e modalidades de crédito especiais, que levassem em conta a avaliação e administração de riscos, bem como a sincronia dos agentes envolvidos (Câmara de Comércio Exterior — CAMEX, Agência de Promoção das Exportações — APEX, Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa — SEBRAE, governos estaduais e agências de fomento, associações de classe e instituições públicas e privadas, envolvidas no comércio exterior).

Especificamente, no que concerne à capacitação empresarial, imprescindível à evolução do novo sistema, os dois autores refutam a política atual¹¹, de ênfase tão-somente na disseminação de conhecimento difuso em vez da aquisição de técnicas, aptidões e de informações sobre as dificuldades de inserção das empresas no mercado mundial. A implementação de medidas desta natureza, conjugadas a uma política lastreada pela metodologia descrita anteriormente, contribuiria para a eliminação de falhas de informação peculiares ao comércio internacional.

As políticas sugeridas por Lima e Carvalho Jr., combinam sistematicamente políticas de cunho tanto horizontal quanto vertical/setorial. Isso significa que as possibilidades de inserção na economia mundial não se restringiriam tão-somente a grupos de grandes empresas nacionais e transnacionais, agregando empresas de pequeno e médio portes de diversos setores de atividades.

11. A política de capacitação empresarial em vigor fundamenta-se no incentivo à participação em feiras e missões e na disseminação de informações sobre oportunidades comerciais (Lima e Carvalho Jr., 2000:268).

Assim, sua implementação, minimizadas as eventuais distorções inerentes ao processo seletivo dos alvos, poderia resultar, sim, na ampliação da capacidade exportadora brasileira, imprescindível à evolução do ritmo de crescimento acelerado das exportações, consoante à necessidade da retomada do desenvolvimento econômico sustentado.

4. Políticas industriais e comerciais e a ênfase no conhecimento e na tecnologia em países da OCDE

A fim de conferir ainda maior solidez à proposta apresentada na seção anterior, é importante ressaltar a contribuição de Além (1999) ao debate. A autora destaca a relevância de uma política tecnológica¹² como condicionante à melhoria do nível de competitividade industrial, que levaria à ampliação do *market share*¹³ brasileiro no mercado internacional. O estudo consiste na observação das políticas de competitividade adotadas pelos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e tem como objetivo aproveitar os pontos altos desses programas a favor da promoção das exportações brasileiras.

Com a liberalização comercial, iniciada em 1990, o comércio exterior passaria a ser o motor do desenvolvimento, posto que em um regime de economia aberta, a participação no mercado mundial ganha o *status* de indicador do sucesso econômico nacional. Uma vez que os produtos intensivos em tecnologia possuem maior dinamismo no mercado internacional e a pauta de exportações brasileiras é composta de pelo menos 50% de *commodities*, há a evidente necessidade da “sofisticação”¹⁴ do conteúdo das vendas externas.

Vale salientar que, devido às características do regime de economia aberta, a expansão das exportações guindada pela articulação de políticas comerciais e de desenvolvimento tecnológico ganha especial importância até em termos macroeconômicos. As palavras de Coutinho (2000:15) corroboram a lucidez desse raciocínio:

12. Williamson (1996), inclusive, coloca o avanço tecnológico, ao longo do tempo, como um “bem público”, em contraposição ao bem de capital, cuja apropriação dos benefícios é restrita unicamente ao capitalista que o possui. Isto porque a tecnologia, cedo ou tarde, torna-se conhecida.

13. Participação de mercado.

14. Entenda-se por “sofisticação” da pauta de exportações o aumento do conteúdo tecnológico de produtos.

(...) parece indispensável implementar uma poderosa política industrial tecnológica voltada para o comércio exterior — dirigida para acelerar a obtenção de ganhos de competitividade, visando garantir expressivo saldo comercial ao longo dos próximos anos. Pela primeira vez em muitas décadas, a política industrial e tecnológica pode ser, além de compatível, fator de robustecimento da política macroeconômica.

No início da década de noventa, o Brasil, com saldo comercial de US\$ 15 bilhões, compensava os US\$ 13 bilhões do déficit da conta de serviços. Atualmente, devido à nova conjuntura, o capital tem financiado os déficits em conta-corrente. A entrada desses recursos que, em 1990, era de US\$ 1 bilhão, passaram a US\$ 77 bilhões, ao final do decênio. Esta verdadeira explosão da entrada de recursos se deve ao investimento realizado por grandes corporações estrangeiras e às privatizações em um cenário que inspirava confiança no investidor. Todavia, a tendência sugere que haja uma redução desses números para os próximos anos. A opção por empréstimos para a cobertura do déficit em conta-corrente teria como impacto a elevação do déficit na conta de serviços pelo agravamento do déficit na conta de juros. Isso tudo aumenta ainda mais a importância da ampliação do *quantum* de exportações.

Os investimentos mundiais estão se dirigindo a países comprometidos com o novo paradigma tecnológico. Isto leva a concluir que nações não consoantes a essa nova realidade deverão ficar à margem do processo de desenvolvimento econômico. Notadamente, as políticas objetivas de expansão das exportações postas em prática em países desenvolvidos têm apresentado um caráter seletivo, além de estarem fundamentadas no apoio ao investimento em tecnologia e infra-estrutura com objetivos de longo prazo, em vez da simples concessão de subsídios e incentivos diretos a empresas.

A partir da análise das políticas de competitividade em vigor nos países da OCDE, Além (1999:90) depreende que, guardadas as diferenças peculiares a cada país-membro, podem ser observados os seguintes pontos em comum:

- a) uma forte articulação entre as políticas comercial e tecnológica;*
- b) uma tendência progressiva de descentralização/regionalização das políticas adotadas;*
- c) uma importante participação dos governos na promoção dos gastos em pesquisa e desenvolvimento;*

- d) a combinação de políticas de estímulo à concorrência com políticas de promoção da cooperação e concentração;*
e) a combinação de políticas de cunho horizontal e vertical/setorial; e
f) a preocupação não apenas com o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também com sua difusão rápida em todos os setores da economia.

O foco dessas políticas de competitividade tem-se concentrado no estímulo e na aceleração do processo de assimilação de novas tecnologias pelas empresas, através do incentivo ao investimento em alta tecnologia e capacitação empresarial. Ademais, dado o seu caráter seletivo, as políticas de desenvolvimento industrial/tecnológico dirigidas a regiões e a setores específicos visam ao fortalecimento das redes de pequenas e médias empresas¹⁵ e, por conseguinte, da economia doméstica.

Curiosamente, em que pese sua posição liberal no que diz respeito ao comércio exterior, as nações integrantes da OCDE não se voltam unicamente ao aumento de suas exportações, mas também se preocupam com a participação de seus produtos no mercado interno. São concentrados esforços em tornar mais competitivo o sistema econômico, com ênfase na inovação tecnológica. Isto tem redundado na elevação dos montantes de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)¹⁶ não apenas por parte do governo, mas também pelo setor privado¹⁷.

Observa-se que as políticas industriais têm traduzido uma preocupação muito maior em gerar condições apropriadas ao aumento da competitividade e muito menor na concessão de subsídios diretos. O

15. Uma preocupação especial em relação à implantação de programas específicos dirigidos às pequenas e médias empresas é a geração de postos de trabalho.

16. Esse tipo de política não é condenado pela Organização Mundial do Comércio — OMC.

17. O investimento em P&D, no Brasil, correspondia, em 1994, a 5% do investimento dos EUA nesta área. No mesmo ano, o Brasil investia aproximadamente 0,6% do PIB (cerca de US\$ 4,8 bilhões) em P&D, sendo 70% por parte do governo e apenas 30% por parte do setor privado. Por outro lado, o investimento norte-americano em ciência e tecnologia era algo em torno de US\$ 90 bilhões ou 1,5% do PNB. Japão e Alemanha aplicavam, respectivamente, US\$ 45 bilhões e US\$ 30 bilhões. Isto comprova que o investimento em P&D em países desenvolvidos ocorre na razão de 80% correspondente ao setor privado e 20% ao setor público. Em países em desenvolvimento, essa razão se dá exatamente de forma inversa.

Estado assumiu o papel de coordenador e incentivador da cooperação entre empresas e destas entre as instituições de pesquisa, buscando, assim, uma contínua reestruturação industrial, dando primazia às empresas de alta tecnologia. Ao lado disso e de forma aparentemente contraditória, os governos também prestam apoio à concorrência e à concentração de capital mediante o estímulo a fusões e incorporações. A justificativa para esse fato são os altos custos inerentes ao desenvolvimento de novas tecnologias.

O governo também empreende ações estratégicas com vistas a regular o comportamento dos mercados regionais no que se refere a condições incompatíveis com seus interesses (formação de monopólios, barreiras à entrada, acordos restritivos) ou que possam afetar a soberania nacional. O novo formato das políticas de competitividade, pelo concurso da intervenção estatal, combina instrumentos tradicionais a novos e mais complexos mecanismos, o que as torna mais amplas e mais eficientes.

No que concerne ao comércio exterior, os últimos tempos têm marcado a emergência de barreiras não-tarifárias às importações, tais como: quotas para produtos agrícolas e para os têxteis; restrições sanitárias; acordos de preço mínimo e acordos de restrição voluntária; direitos *antidumping* e compensatórios; e medidas de salvaguarda. Essa forma relativa de protecionismo encontra sustentação inclusive na moderna *teoria de política comercial estratégica*¹⁸, embora combatida por muitos. Krugman e Obstfeld (1999:301), por exemplo, conceituam as políticas comerciais estratégicas como:

Políticas que tentam melhorar o desempenho econômico por meio de estímulo a exportações específicas ou desestimulando importações específicas. Tais políticas foram praticadas de maneira extensiva em algumas economias bem-sucedidas, tais como Japão e Coreia do Sul.

A justificativa para a intervenção do Estado pauta-se na tese do ganha-e-perde do comércio mundial. Há dois argumentos sofisticados

18. Faria (2000), ao defender medidas com vistas ao equilíbrio do saldo em conta-corrente, sugere a adoção de uma política comercial com subsídios, incentivos fiscais e tarifas alfandegárias temporários aplicáveis de, forma seletiva, a setores com elevado potencial de expansão das exportações e reconhecido poder de geração de divisas.

a favor desse tipo de política, defendidos por alguns analistas de Economia Internacional. Conforme o primeiro argumento, o governo deveria estimular indústrias com “externalidades tecnológicas”¹⁹ potenciais. A segunda tese diz respeito à análise *Brander-Spencer* e demonstra como a intervenção estatal pode aumentar os lucros de firmas nacionais. O raciocínio empregado considera um tipo de bem, no caso, aviões, que poderiam ser produzidos por duas empresas: a *Boeing* e a *Airbus*, de dois países distintos, Estados Unidos e Europa, com idênticas possibilidades de produção. O mercado, diferenciado, comportaria a entrada de apenas uma empresa, caso contrário as duas sairiam perdendo. A primeira entrante, no caso, a *Boeing*, inviabilizaria automaticamente a entrada da segunda. Todavia, a concessão de subsídios por parte do governo do país-sede da *Airbus* poderia reverter a situação, tornando lucrativa sua entrada no mercado mediante a concessão de subsídios. Isto faria com que a *Boeing* fosse obrigada a abandonar a produção de aviões.

Segundo Krugman e Obstfeld (1999), os adeptos dessas teorias, a despeito da superficialidade de seus argumentos e dos resultados práticos serem, no mínimo, permeados por fatores exógenos e/ou circunstanciais, acreditam em sua utilidade prática caso haja suficiência de informações. De qualquer forma, a avaliação dos reais efeitos decorrentes das políticas comerciais estratégicas é, senão complexa, pouco precisa. A pura e simples observação do crescimento industrial e comercial decorrente pode levar a conclusões equivocadas, sendo mais apropriada uma análise da relação custo-benefício de sua adoção.

Contudo, sem se deixar levar pela retórica dos defensores do retorno às práticas protecionistas, vale ponderar a significância de seus argumentos relativos ao caso específico do Brasil. Afinal, como destaca Moreira (2000:371):

Abertura não significa necessariamente laissez-faire. Falhas de mercado, principalmente no que diz respeito ao financiamento, colocam a empresa nacional em desvantagem em relação às

19. Esse conceito está ligado à defesa do protecionismo baseada no argumento da indústria nascente. Uma indústria, cujos conhecimentos tecnológicos gerados podem ser apropriados por outras empresas, de forma gratuita, repercutindo em uma produção extraordinária e em benefícios sociais, seria merecedora da concessão de subsídios (Krugman e Obstfeld, 1999).

empresas estrangeiras. É preciso que essa imperfeição seja de alguma forma remediada, pelo menos para preservar a concorrência nos vários mercados. Esse enfoque, porém, é radicalmente distinto da opção protecionista do passado, que, em vez de favorecer a empresa nacional, perpetuava suas deficiências. (grifo do autor)

Como já pôde ser observado, a intervenção governamental é uma constante em países desenvolvidos, a começar pelos norte-americanos, que *continuam fazendo um protecionismo setorial injusto*, segundo a opinião de Fonseca (2000:9). Apesar disso, advogam com veemência o livre comércio. Faria (2000:6), defensor de práticas dessa natureza por parte do governo FHC, fornece números que comprovam essa realidade:

*Conforme o orçamento federal de 1999/5, eles [os norte-americanos] investiram US\$ 38 bilhões em ciência e tecnologia, US\$ 21 bilhões em programas de estabilização da renda agrícola (correspondentes a cerca de 30% da renda líquida do campo), US\$ 42 bilhões em transporte e US\$ 37 bilhões em **international affairs**, setor onde o objetivo de “promoção de nossas exportações” é essencial.* (grifo do autor)

O governo dos EUA, de forma inteligente, evita a intervenção direta na produção. Fora isso, os instrumentos utilizados são os mesmos de sempre: desde grandes volumes de gastos diretos até subsídios e empréstimos vultosos. Não obstante as eventuais críticas à adoção de determinadas medidas, ditas protecionistas, seu concurso poderá auxiliar na escolha e na formulação das políticas industriais e comerciais mais adequadas ao perfil produtivo brasileiro, consideradas todas as suas especificidades. Aliás, já foi mencionado anteriormente o papel das políticas industriais no que toca ao equilíbrio macroeconômico.

Fazendo eco às conclusões de Horta e Souza (2000), a respeito da pauta de exportações brasileiras, a análise das políticas praticadas pela OCDE, empreendida por Além, reforça o argumento na direção da imprescindibilidade da formulação e implementação de políticas industriais e comerciais com o compromisso de transformar o *mix* das exportações brasileiras, tendo como ênfase os produtos intensivos em tecnologia, de demanda mais estável no comércio mundial.

No período 1984-96, o Brasil não atendeu à demanda mundial por tecnologia, concentrando suas vendas externas nas categorias em que

possuía vantagens comparativas (*commodities*), direção em que o comércio mundial não se expandia. Neste sentido, no que toca às políticas adotadas por países da OCDE, cresce a importância de uma política industrial (tecnológica), que não apenas permita a entrada mais incisiva do Brasil no mercado mundial como também a redução da vulnerabilidade da pauta de exportações.

O governo tem trabalhado em prol de uma mudança estrutural da indústria e na política comercial. Prova disto é o fato de que o país, recentemente, tenha dado os primeiros passos no sentido de delinear prioridades industriais, dando primazia aos setores de produtos eletro-eletrônicos. Busca-se, com isso, uma solução para os persistentes déficits comerciais, que poderiam comprometer a situação futura da economia e, simultaneamente, transformar o Brasil em exportador de semicondutores e eletro-eletrônicos. As ações do governo, embora embrionárias, ainda compreendem a criação de linhas de créditos do BNDES a empresas nacionais que queiram estabelecer filiais em outros países. Aliás, no contexto atual, o BNDES deve desempenhar o papel de principal agência de promoção do desenvolvimento.

No período 1994-98, os financiamentos concedidos pelo BNDES cresceram 300%, resultado de sua atuação na expansão de setores tradicionais, da infra-estrutura, do financiamento ao setor de serviços e às exportações, apoio a pequenas e médias empresas e ainda, de projetos de impacto social e privatizações estaduais. Vale destaque especial o Condomínio de Capitalização de Empresas de Base Tecnológica (CONTEC). Conduzido pela BNDESPAR, oferece apoio a pequenas e médias empresas, devidamente enquadradas no conceito de empresas de base tecnológica, através de capital de risco. De 1988 a 1999, a BNDESPAR investiu US\$ 42 milhões. À semelhança de programas existentes em países desenvolvidos, a CONTEC atua no sentido de promover a assimilação de inovações tecnológicas, preservando o meio ambiente e melhorando as condições sociais.

Todavia, a despeito de ser uma iniciativa pioneira, ainda possui um foco pouco abrangente. De qualquer maneira, não obstante seu alcance relativamente limitado, ainda permite o surgimento de inovações tecnológicas até em nível mundial, como são os casos das descobertas de uma película de celulose para o tratamento de queimaduras, o tratamento de regeneração da borracha, que evita o comprometimento ambiental, e o couro vegetal.

Conclusão

A transição para o novo modelo de desenvolvimento econômico, a despeito de episódios traumáticos isolados, tem se realizado de forma satisfatória, sobretudo após a retomada do crescimento ocorrida em 2000. Conquanto essa evidência favoreça o entendimento do processo de abertura como um novo horizonte a se esboçar na história econômica brasileira, o êxito nesta caminhada dependerá de uma ação mais efetiva por parte do governo, a fim de oferecer as condições adequadas para a melhoria do nível de competitividade da empresa brasileira no mercado internacional. O simples efeito da estabilização proporcionada pelo Plano Real e a melhoria de outros fundamentos macroeconômicos não são indicadores suficientes e não dão sustentabilidade ao futuro da economia brasileira. A nação ainda carece de políticas de orientação do processo de desenvolvimento do comércio exterior que não se restrinjam à perpetuação do panorama atual. Uma série de obstáculos internos e externos limitam a evolução das exportações em um ritmo satisfatório, o que é vital para o alcance do desenvolvimento sustentado da economia.

A presente pesquisa teve como foco o tratamento de variáveis de natureza mais endógena, ou seja, mais ligadas à infra-estrutura necessária ao alcance dos objetivos pretendidos. Todavia, isto não significa que as demais, ligadas às relações internacionais, devam ser ignoradas. O processo de integração regional está aí para comprovar sua importância. Deste modo, em termos nacionais, há uma série de aspectos a serem revistos pelo governo, a fim de propiciar, de forma equilibrada, a aceleração do ritmo de crescimento das exportações, tendo como ênfase o investimento em P&D.

Observa-se, nos últimos anos, um aumento significativo da participação das *commodities* agrícolas na pauta de exportações brasileiras, o que parece significar uma reversão de tendência, ou melhor, uma “reprimarização” das vendas externas. Um dos imperativos do novo padrão de desenvolvimento econômico é a convergência de políticas gerais e específicas com vistas ao desenvolvimento da infra-estrutura (especialmente transportes), a melhorias na qualificação da mão-de-obra, da cultura exportadora, à eliminação do viés anti-exportador e à redução do custo-Brasil.

Em todo esse processo, diferentemente do que se verificava no passado, a ação do Estado não se restringiria à concessão de subsídios

diretos e incentivos a determinados setores; em vez disso, passaria a coordenar as interações empresa-empresa e empresas-instituições de P&D. Um plano dessa natureza integraria não apenas os exportadores atuais, empresas de grande porte nacionais e transnacionais, como também as pequenas e médias empresas, mediante políticas seletivas aplicadas segundo as especificidades de setores e regiões.

No contexto atual, a atuação do BNDES, enquanto agência de promoção do desenvolvimento industrial, se faz imprescindível. É bem verdade que já há programas muito importantes, dado o seu pioneirismo, como é o caso do estímulo ao desenvolvimento de setores de alta tecnologia. Outrossim, não pode ser refutada a importância do apoio do banco na promoção das exportações e na ampliação da atividade econômica. No entanto, seu foco de ação deve necessariamente ser expandido. As lições oferecidas pelas políticas praticadas pelos países da OCDE indicam nesse sentido. Enquanto o país insiste em políticas comerciais de cunho passivo, os países desenvolvidos fazem opções mais equilibradas e o livre comércio, tal como defendem, fica apenas no discurso.

Bibliografia

- ALÉM, A. C. As novas políticas de competitividade na OCDE: lições para o Brasil e atuação do BNDES. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 12, p. 87-122, dez., 1999. Disponível no site www.bndes.gov.br
- ARARIPE, S. Vantagem competitiva não acertou o alvo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 de agosto de 2000. Economia, p. B12.
- AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. Rio de Janeiro: Texto para discussão, 2000. Disponível no site www.bndes.gov.br
- BONELLI, R. e GONÇALVES, R. R. *Para onde vai a estrutura industrial brasileira?*. Disponível em www.ipea.gov.br
- CABRAL, P. Mudanças legais e incentivos são necessários. *O Estado de S. Paulo*, 7 de agosto de 2000. Economia, p. B12.
- COUTINHO, L. Política industrial: fator de robustecimento. *Revista Rumos*. São Paulo: jul., 2000.
- FARIA, L. V. A importância da política comercial. *Jornal dos Economistas*. Rio de Janeiro: nº 135, julho de 2000.
- GONÇALVES, R. *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

- HORTA, M. H. e SOUZA, C. F. B. *A inserção das exportações brasileiras: análise setorial no período 1980/96*. São Paulo: IPEA. Texto para discussão, 736, 2000. Disponível no site www.ipea.org.br
- KRUGMAN, P. R. e OBSTFELD, M. *Economia internacional: teoria e política*. 4^a ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
- LIMA, E. T. e CARVALHO JR., M. C. Ações para acelerar a expansão das exportações. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, vol. 7, n^o 14, p. 253-272, dezembro de 2000. Disponível em www.bndes.gov.br
- _____. et al. *Removendo obstáculos às exportações*. Disponível em www.bndes.gov.br
- MEKITARIAN, E. *Manual de Operacionalização da Monografia da Faculdade São Luís*. São Paulo: FSL, 1999.
- MOREIRA, M. M. *A indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer?* Disponível em www.bndes.gov.br
- NONNENBERG, M. J. *Competitividade e crescimento das exportações brasileiras*. São Paulo: IPEA. Texto para discussão, 578, 1998. Disponível em www.ipea.com.br
- PINHEIRO, A. C. e MOREIRA, M. M. *O perfil dos exportadores brasileiros de manufaturados: quais as implicações de política?* Rio de Janeiro: BNDES. Texto para discussão, 80, 1998. Disponível em www.bndes.gov.br
- RICUPERO, R. Ricupero critica baixa competitividade. *O Estado de S. Paulo*: 1 de julho de 2000. Principal, p. 2.
- SANDRONI, P. *Novo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1996.
- WILLIAMSON, J. *Economia aberta e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.